



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Ref. PA n. 08190.145046/16-28

Aos 7 de novembro de 2016, às 14:40 horas, no auditório do Instituto de Química da Universidade de Brasília, reuniram-se cerca de 90 pessoas para a realização de audiência pública, convocada conforme edital publicado no DOU, Seção 1, de 17/10/2016, e divulgado no site de internet do MPDFT. Abertos os trabalhos, o Dr. Thiago Pierobom agradeceu a presença de todos e convidou para compor a mesa diretora da Audiência Pública para discutir o tema Assédio e Violência Sexual nas Instituições de Ensino Superior no Distrito Federal os seguintes: a Dra. Deborah Duprat – Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão do MPF, a Dra. Renata Coelho – Procuradora do Trabalho, o Dr. Ben-Hur Viza – Juiz de Direito e Coordenador do Centro Judiciário da Mulher do TJDF e a Professora Sílvia Badim – Coordenadora dos Direitos da Mulher da Diretoria de Diversidade da UnB. O Dr. Thiago Pierobom esclareceu que esta audiência foi convocada pelo MPDFT em parceria com as instituições ali convocadas para a mesa diretora, pois o MP recebeu diversas notícias de alunas sobre a temática e que, ainda, sua finalidade era a de ouvir a sociedade civil, os movimentos estudantis, a comunidade acadêmica e receber os relatos dessas violências. Esclareceu que caso uma das presentes tivesse intenção de formalizar uma denúncia de violação de direitos, poderia procurar a analista processual do MPDFT Tainá Argolo, que estava em sala de apoio na entrada do evento. Também informou que se alguma das presentes desejasse receber orientação psicossocial, havia uma equipe da Casa da Mulher Brasileira na sala de apoio, com a devida privacidade, na entrada do evento. A Dra. Renata ressaltou que a violência física e psicológica sofrida pelas mulheres em suas relações pessoais repercutem diretamente em sua inserção no mercado de trabalho, na manutenção e na qualidade do seu trabalho. A Dra. Deborah estimulou o debate citando a dominação masculina e destacando que as conquistas são muito recentes na história, como a Constituição de 88, a Conferência do Cairo em 1993 e a Lei Maria da Penha. O Dr. Ben-Hur colocou que o Tribunal tem trabalhado para a afirmação dos direitos das mulheres e que a educação – de meninos e meninas – é o caminho para a mudança. A Professora Sílvia agradeceu a todas as mulheres que

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

lutam pela causa e reforçou que a cultura machista predominante dificulta o trabalho de sindicância dentro da universidade. Celebrou o apoio externo e a aprovação de um plano de diversidade, em que o assédio será caracterizado. O Dr. Thiago Pierobom convidou as inscricas do primeiro bloco, Assédios e Violências Sexuais nos trotes. Mariana Barroso da Costa, do Coletivo Afetadas, iniciou frisando que a necessidade da audiência surgiu quando houve a denúncia de estupro cometido por um aluno de seu curso e que, na UnB, há relatos de casos desde 1987, citando os casos de Thaís Mendonça e de Louise Ribeiro. Disse, ainda, que a problemática não se restringe à UnB, pois os casos de violência e assédio sexual ocorrem em todas as universidades – públicas e privadas – requerendo políticas públicas de denúncia e acolhimento. Considerando isto, **anunciou que entregaria ao MPDFT requerimento com deliberações** que ilustram a demanda do corpo discente das universidades, em título reivindicativo para mudanças práticas emergenciais na abordagem do tema. Na sequência, Patrícia dos Santos Massanaro, da Direção Executiva Nacional dos Estudantes de Medicina, salientou a forma como é feita a recepção das estudantes: trotes vexatórios, agressivos e violentos, cometidos majoritariamente por homens, e a omissão por parte da direção da universidade em relação às agressões. Colocou que a posição destas estudantes é de vulnerabilidade e que aquela que não participa da recepção sofre um “suicídio social”, deixando de fazer parte da socialização. Finalizou lendo hino vexativo utilizado em confraternizações estudantis, com fortes expressões de discriminação às mulheres. A professora Tânia Cristina Cruz, Gestão Ambiental UnB, acentuou que os trotes universitários usurpam e barbarizam a dignidade das mulheres, reforçando a inclusão no meio universitário por meio de trotes e gincanas degradantes. A professora Lourdes Maria Bandeira, Departamento de Sociologia UnB, citou diversos episódios noticiados em jornais locais de trotes indecorosos e reiterou que eles rebaixam a dignidade da mulher, pontuando, também, a omissão por parte de responsáveis pela sindicância em um dos casos ilustrados, ocorrido na UnB. Chamou atenção para a cultura do silêncio pelas vítimas, as ameaças coibitivas que elas recebem, o que gera grande dificuldade de denunciar, especialmente diante da ausência de apoio institucional. **Marcou ser fundamental a criação de equipes multidisciplinares para acolhimento das vítimas e o acompanhamento dos casos, dos pontos de vista interno e externo.** Dr. Thiago Pierobom convidou as representantes do segundo bloco – Assédios e Violências Sexuais nas festas estudantis. Jeniffer Evangelista de Oliveira, Faciplac,

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

introduziu que as festas estudantis ocorrem em função da necessidade de os discentes manterem relações interpessoais para além da academia e que há um paradoxo entre estes futuros profissionais e o comportamento agressor praticado por eles. Salientou que, apesar da existência de previsão legal, há uma resistência em relação à identificação do assédio, usando como exemplo o *batismo com bebidas ou drogas* que estimulam o sono, a fim de que as vítimas sejam posteriormente abusadas sexualmente durante as festas. **Propôs, como medida preventiva, que as instituições de ensino tomem conhecimento das festas previamente, a fim de garantir estrutura e segurança adequadas; e, em coesão, que os órgãos competentes imponham a responsabilização das universidades no acolhimento, encaminhamento, acompanhamento e sistematização de denúncias, tendo a violência sido ocorrida dentro ou fora do campus.** A professora Danusa Marques, Grupo de Pesquisa Demodê – UnB, cobrou a responsabilidade das universidades para que as denúncias sejam registradas, apuradas e que medidas sejam efetivamente tomadas. Corroborou a omissão por parte delas e o fato de se eximirem de fazer o acompanhamento das festas estudantis, justificando que estas extrapolam o espaço físico que lhe competem. Pontuou que as festas fazem parte da comunidade estudantil e que, portanto, a fiscalização de eventuais excessos é responsabilidade das instituições de ensino superior. Juliana Gonçalves Caceres, Coletivo de Mulheres da Faciplac, convidou para uma reflexão, evidenciando a animalização que ocorre neste processo, a manipulação e a naturalização da violência e do estupro. Mencionou os casos de estupro coletivo ocorridos no Piauí e no Rio de Janeiro, em 2015 e 2016 respectivamente, indicando a dominação patriarcal e a cultura do estupro. O Dr. Thiago Pierobom anunciou o terceiro bloco – Cursos Predominantemente Masculinos e Discriminações Misóginas na Sala de Aula. Sônia Maria Alves da Costa, Doutoranda em Direito na UnB, registrou a omissão por parte do professor quando da ocorrência de expressões e piadas misóginas em sala de aula. **Aludiu a importância de haver recomendação para que o corpo docente intervenha na discussão do tema da violência contra as mulheres no ambiente universitário e se abra um debate.** A professora Gláucia Ribeiro Starling Diniz, Núcleos de Estudos de Gênero e Psicologia Clínica – UnB, se referiu ao professor que faz uso de sua posição para distorcer e manipular ideias como perverso, sendo este um comportamento inconcebível e que deve ser denunciado. A Deputada Federal Erika Kokay compareceu ao evento e solicitou, por sua

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

assessoria, para fazer uso da palavra, o que foi deferido pelo Dr. Thiago Pierobom. A deputada colocou que o tema, na realidade, diz respeito à cultura do estupro, a qual tem sido negada por meio da naturalização fruto de uma sociedade sexista, machista e patriarcal. Este reconhecimento é fundamental para a responsabilização. Frisou que as mulheres são vítimas de uma cadeia de violações de direitos e que sofrem com a culpabilização. **Propôs que seja criado um grupo multissetorial de enfrentamento à violência sexual na Universidade de Brasília.** A professora Tânia Mara Campos de Almeida, Departamento de Sociologia e Núcleo de Estudos e Pesquisa da Mulher – UnB, concluiu o terceiro bloco ratificando que expressões e brincadeiras em sala de aula não são uma simples opinião; elas são, na verdade, expressões de violência que menosprezam, desvalorizam, criticam de modo pejorativo, constrangem, ferem a dignidade, intimidam, depreciam, discriminam e humilham as mulheres, o que causa prejuízos na formação acadêmica e na esfera profissional. Disse que a posição do docente frente aos alunos deve ser exemplo de ética, de mediação e de responsabilidade. Foi anunciada a necessidade de nova composição da mesa, devido a compromissos daqueles ali presentes. A Dra. Deborah Duprat agradeceu ao convite e observou que o ambiente universitário é o local de formação de profissionais, o que gera preocupação diante do quadro de violações de direitos das mulheres, não só pela falta de punição, mas por uma urgente necessidade de investimento em transmissão de conhecimento e valores éticos. A Dra. Renata Coelho se colocou à disposição enquanto membro do Ministério Público do Trabalho e manifestou que o conceito de assédio sexual para fins trabalhistas é muito amplo e que a universidade – empregadora que é – é responsável por atos assediadores cometidos por qualquer representante da universidade, corpo docente, direção, ou terceirizados. Dr. Ben-Hur Viza indicou que o trabalho para encontrar caminhos está sendo constantemente feito em paralelo à audiência e salientou a necessidade de apropriação do conhecimento para transformar o direito do papel em direito material, já que muitas das questões apresentadas já têm proposta apresentada. Parabenizou a iniciativa e se colocou à disposição enquanto Coordenador do Centro Judiciário da Mulher do TJDF. O Dr. Thiago Pierobom convidou a Dra. Roni Alves, Promotora de Justiça do MPDFT e integrante do Núcleo de Gênero, e a Dra. Dulcielly Nobrega, Defensora Pública e Coordenadora do Núcleo de Defesa da Mulher da Defensoria Pública e a Professora Sílvia Badim – Coordenadora dos Direitos da Mulher da Diretoria de

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

Diversidade da UnB, para comporem a mesa neste segundo momento. Dado o início do quarto bloco – Assédios Sexuais Praticados entre os Diversos Segmentos de Convivência Universitária, Lorena Ribeiro, Coletivo Lua – UniCEUB, exemplificou o caso ocorrido em 2011 na Universidade Ceub em que professor assassinou aluna após término de relacionamento, apelando para a relação de poder que existe nas salas de aula, relação esta implícita e explícita, visto que é reconhecida como tal. Também ressaltou que, de acordo com a cultura sexista, a ocupação de lugares não privados acarreta na publicidade instantânea do corpo da mulher e que a academia nasceu como espaço pensado por e para homens. Mencionou piadas e comportamentos por parte de professores que se utilizam de sua posição para objetificar as mulheres, o medo e a insegurança de transitar nos estacionamentos e, ainda, a dificuldade e/ou negação de obter informações junto à coordenação do curso de Direito da instituição para respaldar seus relatos na audiência – fato este em que Lorena alegou ter os documentos comprobatórios do descaso por parte da universidade. **Pediu ao MPDFT intervenções no sentido de se refletir sobre a violência à mulher, e se assegurar o direito de ocupar o espaço público e o consequente acesso à educação superior como forma urgente de tutela.** Patrícia Lélis, jornalista, fez referência ao caso de assédio sexual nas relações de trabalho de que foi vítima, conforme amplamente divulgado na mídia. Reportou-se à represália sofrida em sua própria instituição de ensino superior por denunciar, a discriminação e o peso que recai sobre a vítima de ter de comprovar a legitimidade a violência sofrida. **Pediu atuação e interferência do MPDFT em outras universidades,** ainda muito consideradas conservadoras. A Dra. Dulcielly Nóbrega de Almeida, integrante da mesa, já qualificada, ilustrou cinco casos de violência em que atuou, relacionados a assédios praticados contra alunas ou professoras de instituições de ensino superior, e a dificuldade em compatibilizar os direitos da vítima, como a medida protetiva em favor da mulher, e o eventual direito de o agressor permanecer em sua atividade profissional. Falou da importância da denúncia como forma de empoderamento e **sugeriu a realização de diagnóstico a partir dos casos levados à ouvidoria** da UnB – número de denúncias, cursos de maior incidência e outros dados relevantes, para fins de ações efetivas. Ressaltou que os direitos já conquistados não são permanentes e que é papel de todas estarem em constante vigilância. Colocou-se à disposição enquanto Defensora Pública. A professora Sônia Marise, Faculdade de Educação – UnB, discursou de

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

acordo com a sua experiência como Diretora da Diversidade da UnB, no sentido de que deve haver um processo educativo – cultural, científico e político – contínuo de modo a enfrentar qualquer discriminação. Citou o Planejamento Estratégico da UnB 2012 – 2015 e inúmeras iniciativas existentes, questionando o motivo da não redução dos índices de violência, apesar das ações. **Propôs a prevenção por meio de campanhas educativas, cursos pelo PROCAP e capacitação de conselheiros e comissões de ética. Corroborou que deve haver uma rede que envolva uma equipe multidisciplinar** para pensar essas questões e afirmou que aquilo que deve ser feito já é sabido, portanto a demanda é como fazer. Iniciado o quinto bloco, sobre Falta de Segurança e Estupros dentro do campus, Victória Miranda, do Coletivo Afetadas, citou diversas manchetes dos últimos dois anos de casos de violência ocorridos no campus Darcy Ribeiro. Questionou a efetiva possibilidade de fruição do direito de liberdade, de transitar em segurança, diante da falta de estrutura que impede a autonomia das usuárias do espaço público. Ratificou que a universidade tem o papel de garantir segurança no que diz respeito ao **transporte, iluminação e mobilidade interna**, sendo responsável institucionalmente pelo acolhimento das vítimas e, por fim, **propôs a preparação e o treinamento de segurança dentro do campus para realizar o acompanhamento e amparo das estudantes, de forma preventiva.** O Sr. Francisco José Tarjino, da Comissão de terceirizados da UnB, declarou o descaso, assédio moral e sexual sofrido pelas terceirizadas em seu ambiente de trabalho. Lígia Braga, corroborou a falta de segurança no período noturno e **apelou pontualmente por mais segurança e ações imediatas, como a disponibilização de pessoal especializado para atender a emergências no campus.** Maria Célia Selem, Coordenação da Diversidade Sexual/Diretoria da Diversidade da UnB, disse que a universidade é reflexo de uma sociedade patriarcal e destacou que **devem ser implementadas políticas de formação e capacitação para os professores, de acordo com os princípios da universidade, com o intuito de prepará-los para lidar com a diversidade, de forma ética e profissional.** Andréa Campos, servidora da UnB, narrou diversos episódios de assédios sexual e moral, repressão e medo que as servidoras vivenciam. A professora Lia Zanotta Machado, Departamento de Antropologia e Núcleo de Estudos e Pesquisas da Mulher, explanou sobre a dificuldade do reconhecimento do estupro pelo judiciário, a cultura do estupro e a dificuldade de identificar o estupro quando ocorrido entre dois estudantes, contexto em que há muitas vezes, erroneamente, uma configuração de interação social e de pura

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

relação sexual. Novamente foi citado o caso de Louise e interpelou que as relações de violência não estão apenas na esfera íntima e privada, como suporta a Lei Maria da Penha, reconhecendo a existência da violência entre sujeitos que não têm relação afetiva estabelecida entre si. **Listou ser fundamental a educação para a mudança cultural, rede de denúncia e sindicância e, acima de tudo, estrutura de acolhimento e resposta.** A professora Sílvia Badim, integrante da mesa diretora, discursou sobre o empenho em trabalhar com parcerias, visto que não há prioridades orçamentárias nem de recursos humanos destinados à Diretoria da Diversidade da UnB, e o impasse da atuação além dos limites do espaço físico da universidade, bem como as gestões para realização de acordos e convênios. Registrou os entraves nas gestões sobre iluminação e segurança no *campus*, em que responsabilidade fica condicionada à cooperação de outros órgãos, como CEB e PMDF, o que excede os limites de atuação da Universidade. Despediu-se da audiência. O Dr. Thiago Pierobom convidou a Professora Maria Célia Selem para ocupar o lugar da Diretoria da Diversidade na mesa. Estabelecido o sexto e último bloco, Mecanismos Institucionais de Prevenção e Enfrentamento aos Assédios e Violências Sexuais, a professora Liziane Guazine, Faculdade de Comunicação – UnB, tratou de carta destinada à Reitoria da universidade assinada por 120 professores, intencionando a coleta de sugestões de estratégias para o combate da violência de gênero. O **documento estabelecia a inserção do tema “Violência de Gênero” na discussão do CEPE, CONSUNI e CAD, na campanha de recepção dos novos alunos e nos editais de financiamento de bolsas ou projetos como PIBIC e Extensão; levantamento e sistematização de dados sobre denúncias e casos comprovados de violência, para mapear a violência contra a mulher na UnB; centralização do acolhimento de denúncias relativas à violência contra as mulheres com equipe capacitada; estímulo à inserção da temática nos currículos e/ou nas atividades de todos os cursos da universidade; e, por fim, realização de audiência pública.** Marlene Teixeira Rodrigues, Coordenadora do Laboratório GEMPOSS – Gênero, Política Social e Serviços Sociais da UnB, considerou o tema multidimensional – promoção, prevenção, assistência e punição. Em termos de promoção e prevenção, a universidade já adotou procedimentos relativos ao ingresso, os quais foram ignorados e que também não se esgotam em medidas internas; sobre assistência aludiu à necessidade de acolhimento psicossocial e jurídico; e, como forma de **rever a punição, incitou a alteração do regimento interno**

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

da universidade. Gabriella Ferreira de Souza, Coletivo Ipê Rosa, disse que a falta de mecanismos claros de enfrentamento, orientação e prevenção é um dos principais motivos para a falta de denúncias e que **é preciso, urgentemente, serem instauradas formas para o apoio dos discursos, normalizando os debates.** A professora Fabíola Orlando Calazans Machado, Faculdade de Comunicação – UnB, apresentou como propostas de intervenção: **mobilizar a comunidade para debater e informar sobre a violência de gênero; valorizar e incentivar programas e projetos de extensão que ofereçam de fato informações, orientações, atendimentos e acolhimentos; criar vice-reitoria e decanatos específicos para tratar de gênero, minorias e diversidade; priorizar a temática nos portais das universidades e que as secretarias de comunicação possam desenvolver estratégias de comunicação eficazes.** A professora Isabel Belloni Schmidt, Departamento de Ecologia – UnB, abordou a falta de interesse por parte dos professores em debater sobre o assunto e **pregou a necessidade de obrigatoriedade de treinamento e capacitação no ingresso dos docentes** para atuação ética e tolerante diante da diversidade. O professor Luís R. Cardoso de Oliveira, Diretor do Instituto de Ciências Sociais, reforçou a necessidade de políticas de proteção e repressão e de acolhimento, mas **reivindicou colaboração para pensar em políticas pedagógicas no âmbito do Instituto** que representa, ainda que seja de forma centralizada, bem como se colocou à disposição para implementar aquilo que está a seu alcance. Carolina Lima, Coletivo Mulheres em Movimento, apresentou a intenção de mapear os grupos criados por estudantes da UnB sobre violência de gênero em redes sociais e identificar o universo de participação política de estudantes mulheres, a fim de fortalecer o movimento; sendo esta pesquisa parte da mudança cultural que aspiram. Clara Cunha, expôs o Projeto das Promotoras Legais Populares, projeto de extensão do curso de Direito da UnB, em que realiza trabalho de empoderamento de mulheres. Afirmou que gostaria de narrar um caso de violência sofrida por uma amiga sua. Diante do avançado da hora, o Dr. Thiago Pierobom pediu escusa àqueles que não tiveram a oportunidade de se expressar, devido ao limite de tempo, e combinou que poderia ser encaminhada manifestação adicional via correio eletrônico à CNDH/MPDFT, cuja síntese seria incluída na ata da audiência pública. Anunciou que seria elaborada ata a partir de todos os relatos expostos e encaminhada à Reitoria da Universidade de Brasília e na sequência, possivelmente, realizadas discussões com as universidades particulares, no sentido de demonstrar a existência dos problemas abordados e,

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

portanto, cobrar a efetiva implementação de políticas educacionais, para fins de prevenção, acolhimento e de responsabilização na esfera disciplinar dos autores dos atos de assédio e violência sexual. Agradeceu a presença de todas e reafirmou o compromisso do Ministério Público em ouvir as demandas da sociedade e de instrumentalizá-las de forma democrática e compromissada com os valores constitucionais de respeito aos direitos fundamentais de todas e todos. Após o encerramento da audiência pública, a CNDH recebeu e-mail de Clara Cunha, a qual acrescentou a narrativa de episódio de estupro ocorrido contra sua amiga íntima e destacou a importância de o tema ser abordado em matérias obrigatórias nas universidades. Também chamou atenção para a violência contra mulheres homossexuais, em que há a crença de ser uma “medida corretiva”. Nenhuma outra manifestação adicional foi recebida via e-mail. A presente ata vai assinada pelo Coordenador dos trabalhos, Dr. Thiago Pierobom, e pela assistente Ísis Lopes, que acompanhou o ato e realizou a degravação e síntese dos relatos, a partir da gravação audiovisual do evento, a qual está juntada no PA suprarreferido e arquivada na CNDH. Nada mais havendo, encerra-se o presente termo de ata.

Brasília/DF, 14 de novembro de 2016.

Thiago André Pierobom de Ávila

Promotor de Justiça

Coordenador do Núcleo de Gênero do MPDFT

Ísis Mariana Moreira Lopes

Técnica Administrativa

Setor de Suporte às Atividades do Núcleo de Gênero